

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANNA FERNANDES BATISTA SILVA

CINEMA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA: OS EFEITOS DO FILME “ALÔ, AMIGOS!” NA POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA

RECIFE

2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANNA FERNANDES BATISTA SILVA

**CINEMA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA NORTE  
AMERICANA: OS EFEITOS DO FILME “ALÔ, AMIGOS!” NA POLÍ-  
TICA DE BOA VIZINHANÇA**

**Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para graduação no curso  
de Relações Internacionais, sob a orientação  
do Prof.Dr. Rodrigo Santiago**

RECIFE

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S586c Silva, Marianna Fernandes Batista.  
Cinema como estratégia de política externa norte americana: os efeitos do filme “Alô, amigos!” Na política de boa vizinhança / Marianna Fernandes Batista Silva. – Recife, 2019.  
45. f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Cinema. 2. Relações internacionais. 3. Política de boa vizinhança. 4. Política externa. 5. Disney. I. Silva, Rodrigo Santiago da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-413)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANNA FERNANDES BATISTA SILVA

**CINEMA COMO ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA: OS EFEITOS DO FILME “ALÔ, AMIGOS!” NA POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA**

**Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob a orientação do Prof.Dr. Rodrigo Santiago**

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

(Orientador Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva)

---

(Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares)

---

(Profa. Jeanete Viegas)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha mãe, Maria da Conceição Silva, que é meu maior exemplo de mulher, aquela que me apoiou e esteve comigo em todos os momentos dessa jornada. Obrigada professor Pedro Paulo Procópio por me motivar a escrever sobre o tema do presente projeto e alegrar minha graduação com suas aulas.

Agradeço a todos os professores que estiveram presentes nesses quatro anos e meio, vocês marcaram minha vida e construíram a profissional que sou. Aos amigos do curso de Relações Internacionais, Rafael Paranhos, Drielle Holanda, Caio Barbosa, Thamyres Monteiro, Wesley Felipe, William César e Ivo Neto, um muito obrigada por deixar tudo mais tranquilo, por motivarem a não desistir e por ter tornado tudo melhor. Um agradecimento em especial a Pedro Dourado, pelo companheirismo e por ajudar a me manter focada e concluir o trabalho. E por fim, agradeço a oportunidade de ser discente desta instituição pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), que mudou a minha vida e minha forma de enxergar o mundo.

## RESUMO

O projeto discute a utilização do cinema como instrumento de política externa dos Estados Unidos no contexto da Política de Boa Vizinhança (1933-1945). No período de Segunda Guerra Mundial os interesses estadunidenses para com América Latina estavam muito além da solidariedade continental. O cinema, nascido na década de 1930, se caracteriza como um forte aparelho político, capaz de difundir valores e ideologias. O objetivo principal do trabalho é refletir os principais objetivos e os efeitos da expedição da Disney ao Brasil. O estudo analisa como as produções de Walt Disney, em particular o filme “Alô, Amigos” foi utilizado para a aproximação cultural entre os norte-americanos e os brasileiros, e como serviu para o estreitamento de laços proposto pela Política de Boa Vizinhança. Para isso, são utilizadas como fontes alguns jornais nacionais da época e uma bibliografia ampla.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema; Relações Internacionais; Política de Boa Vizinhança; Política Externa; Disney.

## **ABSTRACT**

The project discusses about the use of cinema as an instrument of United States foreign policy in the Good Neighborhood Policy's context (1933-1945). In World War II the US interests about Latin America were far beyond continental solidarity. The cinema, born in the 1930s, it's considered as a strong political apparatus able to spread values and ideologies. This work's main objective is reflect about the objectives and effects of the Disney expedition to Brazil. The study analyzes how the Walt Disney's productions, in particular the movie "Saludos Amigos" was used for the cultural rapprochement and served as the closer ties proposed by the Good Neighborhood Policy. For his, some national newspapers of the time and a large bibliography was used as sources.

**KEYWORDS:** Cinema, International Relations; The Good Neighborhood Policy; Foreign Policy; Disney.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E O CINEMA.....	10
2.1 A Política Externa dos Estados Unidos.....	10
2.2 Relações Estados Unidos- América Latina.....	12
2.3 A Política de Boa Vizinhança e as estratégias durante a Segunda Guerra Mundial.....	15
2.4 Cinema e Relações Internacionais.....	16
3 O CONSTRUTIVISMO E A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA.....	20
3.1 A perspectiva construtivista nas Relações Internacionais.....	20
3.2 O papel das ideias na construção social.....	21
3.3 A relação agente-estrutura.....	23
3.4 O sistema internacional.....	24
3.5 A distribuição de poder no sistema internacional durante 1933 a 1945.....	26
4 A DISNEY E O BRASIL.....	29
4.1 A Relação Brasil-EUA.....	29
4.2 A Política de Boa Vizinhança e o Nacionalismo Varguista.....	30
4.3 A expedição da Disney no Brasil.....	31
4.4 O filme “Alô, amigos” .....	33
4.5 A repercussão da presença de Walt Disney e os efeitos do cinema norte-americano na sociedade brasileira.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

## 1 INTRODUÇÃO

Na década de 30, quando o cinema surgia como uma ferramenta poderosa de difusão de valores políticos e culturais, os Estados Unidos logo começaram um processo de apropriação desse meio para que fosse utilizado como instrumento de poder ideológico. Bobbio (2007), define que essa forma de poder exerce influências sobre o comportamento e modifica a ação do outro a partir de conhecimentos, doutrinas e até informações. Assim, nesse período os norte-americanos abandonaram uma política externa intervencionista na região da América Latina e procuraram disseminar seus ideais de outra forma, iniciando assim, a fase conhecida como Política de Boa vizinhança. Tal política tinha como pressupostos básicos abandonar as intervenções armada e interferências no campo político e econômico, retirar tropas que estavam espalhadas pelo continente e iniciar um processo de consulta e cooperação com os demais países latino-americanos (PECEQUILO, 2011). Desse modo, o presente projeto visa analisar como Hollywood juntamente com a Walt Disney atuou como instrumento de política externa estadunidense no período de 1933 a 1945.

Ao iniciar uma política externa que visava um engajamento maior no sistema internacional, os Estados Unidos esforçaram-se para impulsionar relações mais cordiais com a América Latina e principalmente afastar a influência de ideologias totalitárias. Observa-se assim, que na Segunda Guerra Mundial o filme se tornou uma “arma” para as duas vertentes ideológicas que se chocaram em tal conflito. Da mesma maneira que Franklin D. Roosevelt comandou a produção estadunidense, Adolf Hitler estimulou a produção cinematográfica nazista. A função era a mesma: defender a visão de cada Estado. Assim, a partir desse período o governo norte-americano procurou “*conquistar corações e mentes*”, ou seja, trazer mais países para sua esfera de influência, fazendo com que sua ideologia se propagasse de forma mais vasta por toda comunidade internacional, mais especificamente, na região latino-americana. É importante destacar que o cinema foi uma ferramenta crucial para alcançar esses objetivos, uma vez que, mostrou-se um importante instrumento capaz de disseminar ideologias e criar afinidade entre sociedades (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015)

Tendo em vista as grandes consequências que essa forma de poder trouxe para a sociedade internacional, o presente projeto tem como objetivo analisar os efeitos das produções cinematográficas norte-americanas na América Latina, em particular no Brasil. Além disso, busca analisar o impacto da Disney como estratégia da Política de Boa Vizinhança.

Diante disso, esta pesquisa visa analisar a importância do termo *soft power* criado por Joseph Nye<sup>1</sup> para o período de 1933 a 1945, refletir como a produção cinematográfica "Alô, amigos!" utilizada durante a Política de Boa Vizinhança influenciou diretamente os países da América Latina, em particular o Brasil. Além de observar como essa estratégia de política externa foi importante para a construção de uma nova dinâmica internacional e como as ideias contidas nos filmes estadunidenses impactou o público latino-americano.

Portanto, a pesquisa propõe uma análise mais profunda dos efeitos da "política de hollywood" nas relações dos Estados Unidos com a região latino-americana, especificamente com o Brasil e como a mídia e as dimensões culturais influenciam nas relações internacionais. O projeto discute também como o cinema é uma ferramenta política poderosa e sua importância para o estudo das relações internacionais. Para isso, as notícias de jornais, revistas, relatos entre outros meios de comunicação são fontes importantes para esta pesquisa. A bibliografia utilizada tem um caráter interdisciplinar misturando conteúdos de Relações Internacionais, cinema e comunicação.

Desse modo, a primeira etapa desse trabalho é caracterizada por uma abordagem mais histórica da política externa norte-americana e o porquê da utilização do cinema como estratégia política. Ao analisar a gradativa mudança nas relações internacionais estadunidenses, nota-se o que motivou a aproximação de forma mais branca com a região da América Latina. Além disso, o capítulo enfatiza o papel do cinema na política internacional, se tornando assim um instrumento utilizado durante a Política de Boa Vizinhança. Ao decorrer do segundo capítulo será tratado como os conceitos e as definições da teoria construtivista se relaciona com o problema abordado no projeto. A relação do cinema com a difusão de ideias e a modificação da estrutura internacional com base nessas ideias é reiterado por alguns autores dessa teoria. Por último, o terceiro capítulo discute as relações do Brasil com os Estados Unidos, os efeitos da expedição da Disney ao país sul-americano e como o cinema atuou dentro da nova política proposta pelos norte-americanos.

---

<sup>1</sup> Cientista político e cofundador da teoria da interdependência e da interdependência complexa, criador do termo Soft Power e coautor do livro *Power and Interdependence*.

## **2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E O CINEMA**

### **2.1 A Política Externa dos Estados Unidos**

A política externa de um Estado desempenha uma função muito importante no sistema intencional, uma vez que, os meios de alcance dos objetivos e interesses do país pode afetar diretamente sua relação com o resto do mundo. Segundo Dos Reis (2015, p.22) “as decisões tomadas pelos governos nesse campo afetam dramaticamente a realidade, imprimindo marcas intensas no curso da trajetória percorrida pelas nações e por seus povos, as quais podem repercutir durante longos períodos de tempo”.

Como qualquer outro Estado, a primeira fase da política externa norte-americana foi caracterizada pela formação da nação, amadurecimento interno e expansão. Os Estados Unidos tiveram como objetivo primordial garantir a integridade e a consolidação de seu território e sociedade, para depois ampliar a definição de segurança e de interesse nacional (PECEQUILO, 2011, p.29). Assim, as relações internacionais estadunidense percorreu diversas fases, as fronteiras dos seus relacionamentos progrediram à medida que a sociedade e o país se tornaram mais complexos (PECEQUILO, 2011).

Em 1776, com a Declaração de Independência a nação americana teve o direito de se autogovernar e buscar seus interesses comerciais de forma autônoma. Assim, McDougall (1997) afirma que em um primeiro momento a postura estadunidense era atenta a operacionalizar a política externa em prol da consolidação da nação e do seu desenvolvimento. Durante a República observa-se que além da garantia da unidade nacional e o foco na diplomacia comercial, a política externa dos Estados Unidos buscou um distanciamento dos países europeus, pois segundo o os americanos eles poderiam afetar as possibilidades que o EUA tinha com o mundo. Contudo, mesmo rejeitando ordens sociais e políticas europeias, também precisavam garantir continuidade e aprofundamento do modo de vida norte-americano, ou seja, buscavam relações comerciais com o mínimo de ligações políticas (GARRITY, 1996). Para LaFeber (1993) as práticas diplomáticas dos Estados Unidos seguiam os mesmos pressupostos desde a Revolução Americana: evitar conexões militares e políticas, permitindo somente as comerciais, pois era uma forma de garantir a autonomia e liberdade de ação norte-americana.

Assim, durante esse período da política externa dos Estados Unidos observa-se um movimento de preservação da América de ameaças externas, neutralidade internacional e

isolacionismo. Pois, ao manter uma integridade nacional a nação americana buscava servir de modelo de conduta moral e liberdade a ser seguida no exterior. Para Smith (1995) foi durante a República que os Estados Unidos buscaram expandir sua democracia e seus valores, sendo uma abordagem que se tornou constante nas relações internacionais norte-americanas. Desse modo, Pecequilo (2011) afirma que esse distanciamento com os países do velho mundo não era total, mas sim uma postura estratégica para proteção do interesse nacional norte-americano.

O século XIX é caracterizado por privilegiar o desenvolvimento interno, porém, também algo diretamente atrelado a política internacional. Dessa forma, segundo Pecequilo (2011) o processo de formação dos Estados Unidos modernos, envolve uma combinação de movimentos internos e externos que juntos caracteriza, já no início do século XX, sua ascensão como potência no sistema internacional. É nesse período que os norte-americanos buscam a expansão das fronteiras do país, alargando-se do Atlântico ao Pacífico. Essa iniciativa pode ser explicada não só pelo amadurecimento político do Estado, mas também pela necessidade de mercados externos, uma vez que, a economia americana cresceu (MOURA, 2012). Além disso, o expansionismo da época também era justificado pelo Destino Manifesto, conjunto de crenças nacionalistas e expansionistas que justificavam a ampliação territorial dos Estados Unidos como um direito divino. Segundo Pecequilo (2011) essa iniciativa representou apenas o começo da validação do papel e do lugar privilegiado dos Estados Unidos no mundo.

Depois de mais de um século de crescimento interno, criando suas próprias fronteiras e se tornando um país continental, moderno e autossuficiente, passou a expandir-se para o exterior (PECEQUILO, 2011). Logo, o expansionismo norte-americano como estratégia de política externa permitiu novos desenvolvimentos políticos e econômicos dentro das novas fronteiras, gerando a ascensão estadunidense no cenário internacional. Portanto, o fim do século XIX e começo do século XX foi marcado pela busca de engajamento continental e a definição dos interesses americanos na esfera regional.

Desse modo, com o progresso das fronteiras do país, o aumento da complexidade da sociedade e uma demanda por novos mercados conduziram a política externa norte-americana a uma postura mais internacionalista. Ou seja, a partir de 1890, as mudanças políticas, econômicas e sociais criaram exigências e possibilitaram a atuação do Estados Unidos da América no exterior (ZAKARIA, 1995). Sendo assim, enquanto no começo da República a política externa estadunidense era um meio para desenvolvimento e estabilidade nacional, no começo do século XX passou a ser a base para o avanço do poder norte-americano e ascendência do *status-quo* (PECEQUILO, 2011).

## 2.2 Relações Estados Unidos-América Latina

Enquanto o engajamento estadunidense no sistema internacional global aconteceu de forma mais gradual, em nível regional observa-se que as iniciativas de política externa já estavam presentes desde 1823. Para Pecequilo (2011) envolvimento continental foi marcado por duas estratégias importantes (Doutrina Monroe e a I Conferência Pan-Americana) que definiu as premissas básicas do relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina, abarcando questões estratégicas, políticas e econômicas.

Em 1823, a Doutrina Monroe nascia como uma iniciativa norte-americana para defender a soberania dos países da América Latina, apoiando um distanciamento das potências europeias. Entretanto, essas ideias de liberdade e de identidade americana eram moldadas a partir da orientação dos Estados Unidos (ATKINS, 1989). Assim, nota-se que a Doutrina era apenas uma forma de afirmar a posição estadunidense dentro do continente, utilizando os países latino-americanos como sua zona de influência. Como destaca Atkins (1989) a doutrina que tinha como premissa “América para os americanos” foi uma estratégia política estadunidense que visava justificar a intervenção do estado norte-americano em regiões da América Latina.

É importante ressaltar que o Estado norte-americano buscava desde o século XIX a manutenção do seu sistema e liberdade, o que se estendeu quando ampliou o seu interesse para o continente. Assim, como afirma Pecequilo (2011) uma ameaça a região latino-americana poderia representar um perigo também aos EUA, sendo ele o responsável pela estabilidade regional. Desse modo, a supressão de ameaças externas e o estímulo a estabilidade doméstica caracterizaram dois objetivos básicos da política externa estadunidense para com a região da América Latina (PECEQUILO, 2011). Segundo Atkins (1989) a segurança nacional sempre foi pauta quando se observa os interesses dos Estados Unidos para com a região. É a partir da Doutrina Monroe que os Estados Unidos atingiram tais objetivos e validaram seu poder e autoridade no continente americano. No século XX, ao expandir seus interesses, o Estado norte-americano transformou as ideias contidas na doutrina (proteção da América para os americanos e o afastamento dos poderes externos) em novas estratégias. Assim, em 1889 aconteceu a I Conferência Pan-americana, a qual tinha como objetivos favorecer o comércio regional e elaborar mecanismos para a solução pacífica de disputas. Além dessa iniciativa outras estratégias também marcaram a região latino-americana como o Corolário Roosevelt (1904), a Diplomacia do Dólar, as intervenções de 1900 a 1930 e a Política de Boa Vizinhança (1930 a 1945). Contudo, mesmo sendo iniciativas diversas, que utilizaram de métodos diferentes, os objetivos dos Estados Unidos para com a América Latina se mantiveram estáveis: manter a

integridade do continente americano, proteger e ampliar seus interesses dentro dele (MOURA, 2012).

É relevante salientar que as transformações do sistema internacional influenciam diretamente na atuação externa das nações. Assim, as iniciativas de política externa norte-americana para com a América Latina responderam a preocupações estratégicas, políticas e econômicas geradas tanto pelo contexto interno como externo. Pecequilo (2011) destaca que a ascensão do poder e hegemonia dos EUA na esfera regional foi acentuada em dois momentos: de 1898 a 1930, onde predominou estratégias de intervenção e interferência e de 1930 a 1945 com iniciativas de parcerias e a Política de Boa Vizinhança.

Na primeira década do século XX, Theodore Roosevelt<sup>1</sup> efetivou a primeira fase dessa nova política externa norte-americana, a qual buscava a expansão completa e a materialização do poder dos Estados Unidos. Foi na América Latina que o país exerceu de fato sua posição de poder hegemônico, uma vez que, o hemisfério significava uma zona de oportunidades de comércio e investimento (ATKINS, 1989). Assim, para Moura (2012) o Corolário Roosevelt e a política do “*big stick*”, foram ações de política externa que assumiram uma postura mais intervencionista e foram utilizados como instrumentos de pressão nos países do hemisfério. Uma vez que, essas estratégias asseguravam aos norte-americanos o papel de “polícia hemisférica”, que seria desempenhado caso fosse atestado que uma nação era incapaz de conduzir sua política de forma responsável sem prejudicar a estabilidade do continente americano. Nessa lógica de “falar com suavidade, e carregar um grande porrete” para alcançar seus objetivos o governo do presidente Roosevelt buscava atuar de forma cordial, mas mostrando que se fosse necessário poderia usar a força. Pecequilo (2011) destaca que essa iniciativa marcou um período que garantiu aos norte-americanos o direito de interferência e intervenção nos assuntos do continente. Assim, “nas américas, nesse período, assistiu-se à reafirmação não só do sistema americano, como do império norte americano” (PECEQUILO, 2011, p.89).

A atuação externa estadunidense durante esse período seguia dois princípios básicos: ordem e estabilidade, sendo papel dos EUA policiar e conduzir a política dos demais Estados latino-americanos. De acordo com Pecequilo (2011, p.90) “os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pela defesa e condução dos assuntos “internos” dos países do hemisfério,

---

<sup>1</sup> Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909, membro do partido republicano.

determinando, unilateralmente caso necessário, seus fluxos políticos, econômicos e de segurança”.

Além das intervenções políticas, a chamada Diplomacia do Dólar, levou os Estados Unidos também a intervir no campo econômico, policiando os fluxos comerciais, financeiros e alfandegários de alguns países da América Latina. Assim, ao prometer uma maior prosperidade aos demais países da região a nação norte-americana buscava alcançar objetivos próprios, garantindo tanto oportunidades comerciais e estratégicas, quanto aumentar sua influência regional (ATKINS, 1989).

Com premissas baseadas em “liberdade, democracia e livre comércio” o Estado norte-americano se engajou em diversas intervenções não só política e econômicas, como também militares na região. Visando construir uma zona de influência militar e financeira os Estados Unidos interviram em diversos países, principalmente na região do Caribe. Pecequilo (2011) afirma que com essas intervenções os Estados Unidos buscavam reafirmar sua hegemonia na região, essa reafirmação passava tanto por aspectos políticos quanto econômicos e era caracterizada pelo aumento da influência norte-americana no Caribe.

Portanto, Pecequilo (2011) destaca que a influência norte-americana dependia do ativismo dos mesmos na região da América Latina. Sendo assim, os princípios de liberdade e democracia nas américas eram difundidos pelos Estados Unidos por meio de intervenções. Contudo, com as transformações do sistema internacional as intervenções tornaram algo negativo e custoso como estratégia dos Estados Unidos devido a interação de três dimensões, que são destacadas por Pecequilo (2011, p.116) como:

(...) primeira, a Grande Depressão e a crise econômica norte-americana e mundial e elas associadas reduziram a capacidade de projeção de poder e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina, diminuindo os recursos disponíveis para a sua atuação externa; segunda, o aprofundamento da instabilidade política na Europa, com a crise das democracias, a ascensão das ideologias totalitárias e a proximidade de guerra aumentaram a incerteza no cenário, com reflexos globais; terceira, a mudança no caráter dos países latino-americanos que, apesar das dificuldades, haviam se tornado mais complexos político e economicamente e começavam a demonstrar sua insatisfação como caráter da política dos Estados Unidos (intervencionista, paternalista, clientelista).

A partir dessas mudanças tanto no âmbito interno quanto no externo os Estados Unidos precisaram ajustar o comportamento e suas estratégias de política externa para com a América Latina. Assim, na década de 1930 houve a reformulação das bases do relacionamento interamericano, utilizando outras formas de pressão política e econômica para atingir seus objetivos (MOURA, 2012).

### **2.3 A Política de Boa Vizinhança e estratégias durante a Segunda Guerra Mundial**

Em 1930, com a Presidência de Roosevelt os Estados Unidos abandonaram a política intervencionista na América Latina e inauguram o período da Política de Boa Vizinhança. Essa estratégia retratou uma mudança inesperada da política externa norte-americana, uma vez que, abandonou intervenções armadas e interferências no campo político e econômico, retirou tropas que estavam espalhadas pelo continente e iniciou um processo de consulta e cooperação com os demais países latino-americanos (PECEQUILO, 2011).

Durante esse período o governo Roosevelt buscou estabelecer poder em sua esfera de influência e concretizar seus objetivos básicos (exclusão de ameaças externas e manter a estabilidade doméstica) de outras formas. Assim, os norte-americanos procuravam atingir seus fins pela cooperação e não pela coerção (ATKINS, 1989). No entanto, mesmo que os métodos tivessem mudado, os objetivos de política externa estadunidense continuavam os mesmos (MOURA, 2012).

Na América Latina no período de 1919 a 1939 há um declínio da influência britânica e um crescimento da influência alemã e estadunidense. Moura (2012, p.36) afirma que “do ponto de vista ideológico, três correntes – liberalismo, fascismo e socialismo – lutavam pelos corações e mentes dos povos latino-americanos”. Dessa maneira, os Estados Unidos tentavam atrair aliados e eliminar as influências de ideologias totalitárias na região (PECEQUILO, 2011).

Para Moura (2012) mais do que uma estratégia para as relações Estados Unidos-América Latina, a Política de Boa Vizinhança representou uma resposta para as transformações do sistema internacional. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial os norte-americanos retomavam ao espírito da Doutrina Monroe (distanciamento das potências estrangeiras do continente americano). Segundo Smith (1995) o governo norte americano evitava um maior envolvimento com o continente europeu e aumentavam seu interesse com a América Latina, na buscando consolidar sua zona de influência. Assim, a iniciativa utilizou-se de táticas de política externa diferentes, mas sem alterar as prioridades estratégicas dos Estados Unidos para com o hemisfério (PECEQUILO, 2011).

A crise econômica de 1929, que perturbou o sistema capitalista da época, levando os Estados procurarem meios para recuperar seus sistemas financeiros e contornar a crise. Alguns países enfrentaram o período de depressão econômica com o certo êxito, como foi o caso da Grã-Bretanha e França, devido a suas moedas fortes (MOURA, 2012). Contudo, para países como Alemanha, Japão e Itália a situação não era tão fácil de ser contornada. Dessa forma,

Moura (2012) destaca que as ideologias totalitárias acabaram sendo uma forma de resposta política aos problemas econômicos da época. Assim, adquirir áreas de influência para impulsionar fluxos comerciais e difundir suas ideologias representavam estratégias dessas “potências excluídas” (MOURA, 2012).

Assim, além da guerra comercial, a disputa política e ideológica se fazia presente no continente latino-americano, sendo uma das grandes preocupações da presidência norte-americana durante esse período (MOURA, 2012). Dessa maneira, para intensificar os laços econômicos com a região e afugentar as influências totalitaristas, o governo estadunidense criou o *Office of the Coordination of Inter-Americans Affairs (OCIAA)* (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015). Além de objetivar o aumento do comércio interamericano e promover o crescimento econômico na América Latina, a comissão chefiada por Nelson Rockefeller<sup>2</sup> manteve uma atenção especial em mecanismos culturais.

Com o propósito de atrair os latino-americanos para sua esfera de influência, Rockefeller articulou com Hollywood, conjuntamente com Walt Disney uma estratégia de diplomacia cultural da Política de Boa Vizinhança (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015). O objetivo do projeto era produzir um conteúdo audiovisual em que aproximasse e criasse uma afinidade entre a América Latina e os Estados Unidos. Segundo Zanella e Júnior (2015) era preciso ressaltar a alegria e o afeto entre os povos e culturas.

Assim, aproveitando o sucesso de algumas produções na América Latina, como é o caso do filme *Fantasia* e o personagem do Pato Donald, a Disney se atrelou a elaborar uma abordagem lúdica da região e aproveitar para construir uma das maiores parcerias de Hollywood com o governo Roosevelt (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015). O filme “Alô, amigos!” criou uma aproximação continental, uma vez que, se abordou a atratividade e o respeito pelos valores latino-americanos (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015). Portanto, em 1942, ao lançar o filme “Alô, amigos!” os Estados Unidos produziram uma estratégia de diplomacia cultural durante o período de Política de Boa Vizinhança, que pode ser considerado um dos primeiros movimentos da estruturação da hegemonia ideológica estadunidense que nos atinge até hoje (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

## **2.4 Cinema e Relações Internacionais**

---

<sup>2</sup> Chefe do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos (Office of The Coordinator of Inter-Americans Affairs – OCIAA) durante o governo de Franklin Delano Roosevelt.

As modificações do sistema internacional, o aumento da circulação de informações e trocas de ideias formaram processos importantes para a política mundial. A cultura passa a ocupar um espaço importante dentro desses processos, uma vez que, exerce influências nas identidades e comportamento de outras sociedades (RIBEIRO, 2011). Visto que, a cultura se destaca como um importante instrumento de disseminação de valores, acabam tendo um papel fundamental na política internacional (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

Segundo Ribeiro (2011) os Estados buscam, gradativamente, tirar vantagens desses canais de comunicação e das dimensões culturais para o desenvolvimento das suas relações diplomáticas. O aparato cultural de um país, portanto, contribui para atuação externa das nações, sejam elas políticas, econômicas ou estratégias. Assim, de acordo com Ribeiro (2011, p.24):

“Nesse processo, o que os Estados procuram projetar, em última análise, são seus valores. Dependendo naturalmente do peso político de um Estado, esses valores terão maior ou menor irradiação. Dependendo da sua importância histórica, merecerão maior ou menor aceitação, despertarão maior ou menor curiosidade. Mas quase sempre se constituirão, ainda que em escala regional ou bilateral, em elementos de aproximação ou de abertura, entre os povos.”

Desse modo, a cultura como objeto de diplomacia e política externa pode proporcionar ao Estado facilidades de inserção internacional (BIJOS e ARRUDA, 2010)

Em 1980, o conceito desenvolvido por Joseph Nye (2001), possibilita uma maior compreensão sobre as dimensões culturais e o exercício do poder dos Estados Nacionais. Assim, a definição de *soft power* (poder brando) está associado à competência de influenciar pela persuasão gerada pela atração exercida pelos elementos “soft” relacionados a determinado país, como a sua cultura e valores políticos. Para Nye (2001) essa forma de poder é considerada um fator bastante relevante para a manutenção do prestígio internacional de um país, para difusão de ideologias e manutenção da posição de uma potência no sistema internacional.

A cultura de um país representa sua identidade, seus ideais, aquilo que o difere das outras nações, aquilo que torna cada Estado único. Nessa lógica, para Bijos e Arruda (2010) a cultura pode ser considerada uma variável capaz de produzir ou evitar conflitos, aproximar ou distanciar povos.

Dentro das dimensões culturais, o caráter inovador do cinema como mídia trouxe ao mesmo o potencial de atingir um público muito maior, sendo um meio eficiente de disseminação de ideias (HERNANDEZ, 2015). Zanella e Neves Júnior (2015) destacam que os filmes têm a habilidade de traduzir e representar dinâmicas políticas e relações humanas,

construindo um olhar específico sobre algum determinado aspecto do mundo, tornando-se assim, um importante aparelho político. O cinema, desta forma, se configura como uma importante ferramenta de *soft power*, sendo capaz de estreitar laços, criar conexões e possibilitar a transmissão de uma mensagem

Desde a propaganda política durante a Segunda Guerra Mundial, tanto do lado dos Aliados quanto dos nazistas, pela importante atribuição de Hollywood na Guerra Fria, e hodiernamente no que chamamos de Guerra ao Terror, observa-se que cinema tem se acentuado como uma influente ferramenta política. Assim, a utilização do cinema para formar e influenciar a opinião pública, induzir posições políticas, criar inimigos e legitimar políticas governamentais não é novidade (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

Observa-se que não apenas Hollywood, mas qualquer outra indústria cinematográfica e a mídia em geral possuem uma grande abrangência mundial tendo o poder de vender, influenciar e moldar o pensamento das sociedades (HERNANDEZ, 2015). Observa-se que desde a década de 30, quando o cinema surgia como um poderoso instrumento de disseminação de valores, há a utilização desses meios para fins políticos-ideológicos em períodos de guerra. Assim, ao mesmo tempo Nelson Rockefeller comandou a produção norte-americana, Joseph Goebbels<sup>3</sup> estimulou a produção midiática e cinematográfica nazista. Dessa maneira, entender o caráter político que muitos filmes sustentam é primordial, uma vez que os mesmos, mais do que qualquer outra manifestação artística, carregam valores, identidades, e estéticas próprias que refletem uma escolha deliberada de quem o produziu ou, no mínimo refletem o espírito de um determinado espaço em um determinado tempo (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

Além de ser usado como instrumento político, as produções cinematográficas também servem para entender contextos e dinâmicas do cenário internacional. Assim como os filmes “Alô, amigos!” e “Você já foi à Bahia?” foram importantes para a Política de Boa Vizinhança, o filme “5 Dias de Guerra” tem um papel fundamental para análise do jogo político internacional (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

Logo, tendo em vista as grandes consequências que essa forma de poder trouxe para as sociedades através dos tempos, o cinema é uma importante ferramenta para o entendimento e aprendizado das relações internacionais. Posto que, para Zanella e Neves Júnior (2015, p.9):

“(…) por ter como objeto as relações que ultrapassam as fronteiras, em poucos outros cursos de graduação o aluno pode sentir uma distância tão grande em relação a

---

<sup>3</sup> Político alemão e Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 a 1945.

seus objetos e espaços de estudo quanto nas relações internacionais – os filmes, ao ilustrarem eventos, ajudam a perceber melhor conceitos, atores e movimento desses espaços, tornando-os, assim, menos abstratos; o envolvimento com história pode facilitar o interesse nos conteúdos relacionados ao filme e, assim, motivar a investigação de determinado tópico de um conteúdo; a apresentação contextualizada oferece uma visão mais complexa dos temas tratados, estimulando o aluno a explorá-los por mais frentes que apenas aquelas pertencentes a uma ou outra escola teórica, o que alimenta a perspectiva crítica de análise; e a utilização dos filmes pode ser mais estimulante do que apenas a leitura de textos, além de contribuir para uma participação mais ativa da classe.”

Assim, segundo Zanella e Neves Júnior (2015, p.11) “ressaltamos a especificidade e a força dos filmes como elementos formadores de opinião, em um processo que as vezes passa despercebido pelo espectador”. Portanto, os filmes podem ser de grande utilidade para estudo, além de poder suscitar reflexões importantes sobre a política internacional, sendo capaz de servir de instrumento para entender fenômenos passados ou presentes das relações internacionais.

Nessa lógica, abordando aspectos mais culturais nas relações internacionais o presente projeto discute como esses processos influenciam nas dinâmicas de poder mundial e a construção social de cada Estado. Além disso, busca analisar os efeitos da expedição da Walt Disney ao Brasil, uma vez que, em um contexto de disputas ideológicas e transformações do cenário internacional, os fluxos de relacionamentos entre os Estados Unidos e a América Latina em diversas áreas como econômica, política e cultural se tornaram mais complexas, dinâmicas e importantes (HERNANDEZ, 2015) Sendo assim, pensar nas relações internacionais do período (1933-1945) não só pelo viés político e econômico, mas também sobre uma perspectiva cultural.

### 3 O CONSTRUTIVISMO E A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA

#### 3.1. A perspectiva construtivista nas Relações Internacionais

Ao final da década de 80 e ao decorrer da década de 90 discutia-se sobre o papel das ideias e dos valores nos eventos sociais, em particular nas Relações Internacionais. Assim, nasciam argumentos de abordagens construtivistas. Ao analisar a política internacional o enfoque construtivista busca salientar a importância das dimensões culturais e das identidades, fatores antes ignorados pelas perspectivas tradicionais.

O argumento inicial dessa abordagem teórica é que vivemos em um mundo socialmente construído. Ou seja, o mundo está em constante construção, sendo um produto das escolhas do que os construtivistas chamam de “agentes” (FIERKE, 2001). De acordo com as ideias de Adler (1999), Ruggie (1998) e Wendt (1999) essa abordagem teórica entende que: (a) as interações humanas, inclusive nas relações internacionais, são compostas por crenças intersubjetivas (ideias, concepções, fatores ideacionais no geral) e não somente de condições materiais; (b) essas crenças constituem os interesses e as identidades dos atores. Além disso, o construtivismo ressalta que os fatos sociais (como soberania e direitos) não tem realidade material, porém existem porque as pessoas acreditam, em geral, na sua existência, e agem de forma correspondente (FINNEMORE E SIKKINK, 2001).

Surgindo como uma abordagem alternativa ao debate positivista *versus* pós-positivista, o construtivismo é apresentado por Wendt (1999) como uma teoria “meio termo”. Assim, a visão moderada da vertente é percebida a partir da premissa de que as estruturas são definidas tanto por ideias compartilhadas quanto por forças materiais (WENDT, 1999). Isto é, a teoria construtivista pretende se afastar das formas mais radicais de idealismo (teóricos que argumentam que só as ideias importam) e de versões meramente materialistas (aqueles que utilizam somente fatores materiais para explicar a realidade). Emanuel Adler (1999) reforça o argumento ao afirmar que embora os teóricos construtivistas aceitem que existe um mundo real, acreditam, no entanto, que ele não é completamente determinado pela realidade física e sim, também é construído socialmente. Dessa forma, as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (ADLER, 1999, p. 208-209).

Portanto, Wendt (1994) afirma que o mundo social não é uma realidade dada, isto é, não é algo “que está lá fora” e existe independente das ideias e dos agentes envolvidos. Para os construtivistas, as relações internacionais são mais complexas, e é necessário enfatizar os aspectos culturais-institucionais-normativos desta complexidade. Observa-se que no período estudado no presente trabalho, década de 1930 e 1940, a política externa norte-americana já se utilizava de fatores culturais e ideológicos para assim modificar a política internacional da época. Foi a partir da modificação dos interesses e identidades dos atores internacionais que os Estados Unidos da América alcançaram seus objetivos dentro das relações internacionais.

### 3.2. O papel das ideias na construção social

A abordagem construtivista busca entender como as ideias constituem o mundo e como esse processo de constituição ocorre. Adler (1999, p. 209) questiona se essa teoria deve explicar a ação humana com base na motivação individual e na interação casual ou explicar a cognição e a ação individual como uma função de forças sociais ou da estrutura social. A resposta encontrada foi que as questões materiais são influenciadas pelas ideias. Essas ideias têm influência na constituição e reprodução das identidades, e por sua vez, os atores definem seus interesses em função dessas identidades (WENDT, 1994). Assim, por mais que as forças materiais sejam importantes, o fator fundamental para política mundial é a distribuição das ideias no sistema internacional (ADLER, 1999).

Wendt (1994) nega a predeterminação das identidades e afirma que elas passam por um processo de construção. Sendo assim, esse autor evidencia que a formação dessas identidades coletivas dos Estados pode transformar a estrutura internacional. Berger (1996) afirma que a identidade é sempre constituída dentro de um mundo específico e socialmente construído. Assim, no período de Política de Boa Vizinhança os Estados Unidos procuraram assumir a identidade de hegemônico regional, portador do segredo do sucesso e buscou meios das outras nações americanas afirmar sua posição. Wendt (1994, p. 385) destaca “*the claim that states are socially constructed can take various forms*”<sup>1</sup>. A partir dessa lógica, um Estado pode assumir diversas identidades, como soberano, potência mundial, líder global, assim por diante.

Os interesses dos atores internacionais são formados por identidades. Esses atores têm uma variedade de interesses, que são definidos a partir das situações as quais eles acabam sendo inseridos (HINDESS, 1989). Assim, a partir do processo e do contexto que o ator se encontra, é definido o interesse de acordo com o significado que a situação tem para eles. Desse modo,

---

<sup>1</sup> “A afirmação dos estados são socialmente construídos e podem assumir várias formas”

as identidades e a compreensão coletiva são fatores mutuamente constitutivas. Sendo assim, as relações entre si próprio e o outro são definidas intersubjetivamente (WENDT, 1992). Para George (1979) as crenças e as ideologias que um ator carrega influenciam sua receptividade e avaliação de situações, conseqüentemente, impactando a tomada de decisão. Portanto, observa-se que dependendo da identidade e interesse os atores podem assumir um perfil cooperativo ou conflituoso dentro da estrutura internacional.

Adler (1999, p. 210) destaca que:

“Em primeiro lugar, as ideias – entendidas mais genericamente como conhecimento coletivo institucionalizado em práticas – são o meio e o propulsor da ação social; definem os limites do que é cognitivamente possível ou impossível para os indivíduos. Simultaneamente, práticas baseadas em conhecimento são o resultado de indivíduos que interagem e que agem propositadamente com base em suas ideias, crenças, julgamentos e interpretações pessoais.”

Assim, as ideias acabam desempenhando um papel importante nas tomadas de decisões políticas dentro do sistema internacional (YEE, 1996). Ao construir identidades e interesses dos atores as ideias, conseqüentemente, têm efeitos sobre a política, podendo ser observada na socialização, educação, propaganda, assim por diante. Ikenberry e Kupchan (1990) argumentam que algumas nações seguem políticas de outros Estados hegemônicos não porque as ideologias influenciam na política de fato, mas sim, porque as ideias desse Estado acabam sendo internalizadas pela outra nação por meio da socialização.

Além disso, Weldes (1996, p.280) destaca que:

*“(...) the national interests are social constructions created as meaningful objects out of the intersubjective and culturally established meanings with which the world, particularly the international system and the place of the state in it, is understood. More specifically, national interest emerges out of the representations – or, to use more customary terminology, out of situation descriptions and problem definition – through which state officials and others make sense of the world around them.”<sup>2</sup>*

O autor analisa que o interesse nacional deve ser interpretado pelo prisma das ideias, uma vez que, elas desenvolvem um papel fundamental na identidade coletiva dos Estados, conseqüentemente, na política mundial. Sendo assim, nota-se que no contexto de mudança na estrutura mundial, momento de surgimento de novas potências e período pré-guerra o governo norte-americano buscou assumir um perfil mais cooperativo para com seus “irmãos” americanos. O interesse estadunidense de conseguir estreitar laços com os latino-americanos e

---

<sup>2</sup> “(...) os interesses nacionais são construções sociais criadas como objetos significativos a partir dos significados intersubjetivos e culturalmente estabelecidos com os quais o mundo, particularmente o sistema internacional e o lugar do Estado nele são entendidos. Mais especificamente, o interesse nacional surge das representações – ou, para usar uma terminologia mais comum, das descrições de situações e da definição de problemas – através das quais as autoridades estatais e outras pessoas entendem o mundo à sua volta.”

evitar a influência das potências do eixo em continente americano seria possível a partir da difusão de sua ideologia. Foi por medo de perder sua zona de influência estratégica (América Latina) que o governo norte-americano decidiu utilizar o cinema como instrumento de disseminação de ideologias e valores. Os filmes contêm ideias, ideias essas, que acabam sendo absorvidas e naturalizadas pelo espectador. A socialização delas, conseqüentemente, influenciam na tomada de decisão e na política dos Estados. Portanto, o construtivismo acaba explicando como as ideias são importantes para o sistema internacional, como podem modificar o interesse das nações e assim transformar a estrutura como um todo.

### **3.3 A relação agente-estrutura**

Como abordado, as ideias são fatores importantes na construção social. Contudo, a composição da realidade internacional não pode ser reduzida apenas aos agentes e suas interações. Para Hollis e Smith (1991) tanto as características dos agentes, quanto das estruturas são relevantes para o entendimento do comportamento social. Por conseguinte, para a compreensão do sistema internacional, os construtivistas destacam que ambos os fatores, agente-estrutura são importantes.

Adler (1999) destaca que os significados intersubjetivos não resumem apenas as crenças e identidades contidas nos agentes. Para o autor, esses significados também têm atributos estruturais que não só limitam ou capacitam os atores. Eles definem também sua realidade social. Para Yee (1996) os significados intersubjetivos influenciam certas ações, tornando-as plausíveis ou implausíveis, aceitáveis ou inaceitáveis, concebíveis ou inconcebíveis, respeitáveis ou duvidosas.

Para Giddens (1979, p.5) a estrutura é tanto um meio quanto o resultado da reprodução de práticas. A estrutura entra simultaneamente na constituição do agente e das práticas sociais, e existe nos momentos originais dessa constituição. Cohen (1987) define os agentes como os construtores sociais de suas próprias práticas e estruturas. Esses atores agem de acordo com regras institucionalizadas, mas também a partir do seu interesse. Desse modo, observa-se que a mudança social é um efeito da combinação entre agentes e estruturas sociais (ADLER, 1999).

Wendt (1999) define estrutura como a distribuição de ideias que organizam as ações dos agentes. Sendo assim, o autor destaca que a estrutura não é apenas formada por questões materiais, mas também é um fenômeno social. A partir dessa lógica, observa-se que os agentes são ligados as estruturas sociais, uma vez que, suas ações dependem da relação com essas

estruturas. Adler (1999) reforça o argumento ao afirmar que as ideias têm características estruturais, posto que, é na relação entre os agentes que ocorre a distribuição de conhecimento.

A interação entre agente-estrutura pode gerar várias lógicas e comportamentos dentro do sistema internacional. Wendt (1999) destaca que a estrutura internacional obedece a distribuição de papéis no sistema. Esses papéis são definidos como a composição das posições dos agentes, de acordo com as ideias compartilhadas e identidades coletivas. Assim, para o autor a distribuição do poder mundial são construídas nessa relação agente-estrutura.

### **3.4. O sistema internacional**

Uma das principais premissas da teoria construtivistas é que os indivíduos agem relativamente aos objetos, incluindo outros atores, com base no significado que eles têm para elas (BLUMER, 1969). Essa dinâmica é condizente com o que acontece no sistema internacional. As identidades e os interesses são constituídos pelos significados coletivos que estão sempre em processo de construção e transformação (WENDT, 1992).

Os significados coletivos acabam influenciando na lógica de distribuição de poder mundial, uma vez que, constitui as estruturas que organizam as ações dos atores. Para Wendt (1992) essa distribuição de poder no cenário internacional afeta os cálculos dos Estados, mas como isso ocorre depende do entendimento intersubjetivo e das expectativas dos atores, que constituem as concepções acerca de si próprio e dos outros. Assim, o autor defende que os fatores ideacionais afetam os interesses dos Estados Nacionais, que por sua vez, afetam o caráter das interações sob a anarquia.

A anarquia – definida nas Relações Internacionais como falta de uma autoridade ou governo central – é caracterizada como uma estrutura social, desse modo, influência as identidades e os interesses dos Estados. Dizer que uma estrutura é social é afirma que os atores levam uns aos outros em conta quando definem suas ações, sendo um processo baseado nas suas ideias (crenças) sobre a essência do eu e do outro (WENDT, 1999). Desse modo, as estruturas sociais são caracterizadas como a distribuição de conhecimento no sistema. Alguns desses conhecimentos são privados, outros compartilhados o que acaba gerando um subconjunto da estrutura social definido como cultura.

“[existem] três culturas com lógicas e tendências diferentes, Hobbesiana, Lockeana e Kantiana. Tratarei essas culturas como tipos ideais, embora acredite que todas as três estiveram presentes em diferentes tempos e lugares na história internacional. Não afirmo ter esgotado as possíveis formas de anarquia, apenas que estas são particularmente importantes. Podem ser encontradas em subsistemas regionais do sistema internacional ou no sistema como um todo. Finalmente, embora possam ser

afetadas por culturas no nível doméstico ou no transnacional, as culturas que interessam aqui são do sistema de Estados. Isto significa que mesmo que as culturas domésticas tenham pouco em comum, como no ‘choque de civilizações’ de Huntington, o sistema de Estados ainda pode ter uma só cultura que afeta o comportamento de seus elementos” (WENDT, 1999, p.257).

Portanto, Wendt (1999) argumenta que não existe uma lógica anárquica, mas várias lógicas ou culturas dentro das quais os atores atribuem diferentes papéis uns aos outros. Assim, a estruturação de papéis é um aspecto importante no sistema internacional. A partir desses papéis assumidos na interação do eu com o outro o autor apresenta três lógicas de anarquia: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana.

Na anarquia hobbesiana, os Estados enxergam os outros como inimigo, ou permanente ameaça. Para Wendt (1999, p.268) nessa lógica os Estados compartilham de um conhecimento coletivo de como enfrentar o inimigo, isto é, como promover guerra, como usar a coerção, como utilizar o equilíbrio de poder para eliminar ameaças. Portanto, para o autor esse cenário remete a definição de anarquia defendida pelos realistas clássicos, pois na relação do Eu com o Outro há o surgimento do papel da inimizade, onde os outros Estados aparecem como ameaça a sua própria sobrevivência. Na cultura hobbesiana a lógica é de violência e de guerra de todos contra todos, um sistema onde predomina a autoajuda.

Já a lógica da anarquia lockeana é baseada em uma estrutura de papéis diferente, centrada no papel de rival, não mais de inimigo. Isto é, o cenário hobbesiano de “matar ou morrer” é substituído pela ideia “viva e deixe viver”. Nesse tipo de cultura, mesmo ainda prevalecendo o uso da força física na resolução de controvérsias internacionais, os atores devem respeitar o direito à propriedade, a liberdade e a soberania dos outros Estados (WENDT, 1999). Portanto, observa-se uma relativa restrição nas interações do Eu com o Outro, dado que, o Outro tem direitos e capacidades a serem respeitadas. A crença que os Estados não irão tirar a vida e a liberdade dos outros está formalizada no direito internacional. Desse modo, mesmo não havendo uma autoridade central os atores acabam respeitando e seguindo a norma.

A cultura Kantiana é baseada na lógica de anarquia entre amigos. Nesse contexto, Wendt (1999) define a estrutura de papéis como uma em que os Estados obedecem a basicamente duas regras: a de não-violência e a de ajuda mútua. Assim, na anarquia kantiana outros poderes aparecem e se destacam como mais importantes que o militar, como o discursivo, institucional, econômico, assim por diante. Contudo, mesmo se comportando como amigos, é importante destacar que essa amizade é estratégica, uma vez que, os atores agem conforme seus interesses.

Desse modo, a amizade é um tipo de instrumento escolhido pelos Estados para conseguir benefícios (WENDT, 1999).

Assim, conclui-se que a partir da distribuição de papéis no sistema internacional é possível a existência de diferentes lógicas de anarquia e culturas na política mundial. Essas culturas possuem diferentes regras de engajamento e interação. Wendt (1999) ressalta três formas de internacionalização dessas culturas e das normas geradas por elas. Os Estados podem aceitar essas normas por meio da coerção, ou pelo auto interesse ou porque as enxergam como legítimas.

Portanto, para Wendt (1999) a anarquia e a distribuição de poder no sistema internacional só têm significado para ação estatal devido aos entendimentos e expectativas que compõem as identidades e os interesses institucionais. Ou melhor, a definição de anarquia e da distribuição de poder dependem de como os Estados se identificam com o outro. Blumer (1969) argumenta que os sentidos ao redor dos quais a ação é organizada surgem da interação. Em resumo, “a anarquia e o que os Estados fazem dela” (WENDT, 1992, p.395)

Assim, as lógicas de anarquia, a distribuição de poder, as interações e os interesses dos atores são relevantes para a explicação dos fenômenos no âmbito internacional, como o problema estudado no presente trabalho. As ideias compartilhadas pelos filmes norte-americanos tinham o intuito de criar laços, para que os países da América Latina passassem a enxergar os Estados Unidos como “amigo”, aquele que ajudaria o continente. Os filmes produzidos para a Política de Boa Vizinhança objetivavam criar uma aproximação continental, em particular, entre o Brasil e os Estados Unidos. A relação entre os dois Estados produziu o que Wendt destaca como anarquia Kantiana, dado que, a amizade estabelecida serviu para os países se beneficiarem. Essa distribuição de poder só se faz possível devido a interação e a identificação dos atores. As ameaças sociais são construídas e não naturais (WENDT, 1992), os Estados Unidos construíram o status, definiram seus aliados e seus rivais com base nos significados coletivos que são modificados conforme o contexto e os interesses dos atores.

### **3.5. A distribuição de poder no sistema internacional durante 1933 a 1945**

Durante a década de 30 e 40, as relações internacionais sofreram mudanças tanto econômicas quanto políticas, as quais afetou diretamente na lógica de funcionamento dos Estados (MOURA, 2012). Até a Primeira Guerra Mundial a ordem internacional era baseada no equilíbrio de poder. Isto é, as Grandes Potências, localizadas na Europa, compartilhavam um conhecimento coletivo do que era aceitável e inaceitável, regulando assim o sistema

internacional. A guerra acabou desfazendo essa lógica de distribuição de poder. A estrutura foi modificada, e conseqüentemente, atingiu as ações dos agentes. Assim, o período entre guerras teve como característica a disputa entre as novas Potências, na Europa e fora dela, as quais buscavam aumentar sua zona de influência. Desse modo, observa-se que durante esse período há uma mudança na dinâmica internacional, uma vez que, houve uma transformação na estrutura e na postura dos agentes.

Nesse contexto, a América Latina era palco de disputas não só econômicas como ideológicas. Assim, devido a conjuntura internacional e para diminuir a influência nazifascista na região latino-americana os EUA utilizaram de forma significativa e com eficiência os meios de comunicações, adotando, assim, uma política cultural expansionista (SANTOMAURO, 2012). O presidente norte-americano Franklin Roosevelt percebe na cultura, em particular no cinema, um instrumento capaz de promover a socialização entre os atores e legitimar a hegemonia estadunidense em âmbito regional. Desse modo, para Hernandez (2015) ao analisar as relações internacionais dos anos 30 e 40, além das dimensões políticas e econômicas devem ser consideradas também as dimensões culturais. Dado que, a cultura é um elemento importante na dinâmica entre os Estados, pois elas compartilham ideias, ideias essas, que ao serem socializadas e aceitas criam o que Wendt (1999) caracteriza com identidade coletiva. Yee (1996) destaca que em momentos de mudanças na política mundial as ideias acabam desempenhando papéis cruciais. Dado isso, nota-se que o papel das ideias foi de fato importante para a política mundial na década de 1930 e 1940.

A partir da exportação de obras cinematográficas o governo estadunidense busca construir uma relação mais próxima com as nações da América Latina a partir do momento que as ideias contidas nos filmes são internalizadas pela sociedade. As ideias compartilhadas acabam modificando os interesses dos atores (WENDT, 1992). Assim, durante esse período os EUA eram apresentados como um país do progresso, o qual estava disposto a ajudar os seus vizinhos americanos. Sendo assim, as propagandas políticas, a rádio e o cinema da época buscavam propagar que o modelo norte-americano era o que deveria ser seguido. Essa lógica acabou aproximando países como o Brasil, que na época a sociedade buscavam liberdades e igualdades, demandavam melhores condições sociais, políticas e econômicas (HERNANDEZ, 2015).

Essa estratégia para difundir a ideologia norte-americana desenvolvida pela diplomacia cultural da Política de Boa Vizinhança, desenvolveu, atribuições sociais básicas como a reprodução simbologias culturais, a massificação e a integração social dos indivíduos

(HERNANDEZ, 2015). Desta maneira, o cinema acabou ofertando padrões e ideologias particulares. Esse compartilhamento de ideias acaba inserindo os atores em uma identidade compartilhada. Assim, a distribuição de ideias no sistema acaba influenciando a política internacional (ADLER, 1999).

Fierke (2001) afirma que a realidade internacional é resultado das escolhas dos agentes. Para Wendt (1992) a individualidade de cada Estado é dada, contudo o significado desta individualidade é construído dentro do sistema e envolvidos no processo de interação. Ou seja, para os construtivistas o status ou a posição de um Estado no cenário internacional é construído a partir da relação com os outros. É nessa interação do eu com o outro que lógica internacional é definida, assim como a distribuição de poder. Sendo assim, durante o período de Política de Boa Vizinhança, o cinema surgiu como uma ferramenta importante na construção de uma “amizade” do Estado norte-americano com a América Latina. Exercendo influência cultural os EUA promoveram uma maior aproximação política ao compartilhar ideias e promover identificação nos países latinos. Assim, o governo norte-americano ao abandonar o discurso intervencionista na região e adotar princípios de cooperação e de ajuda mútua. O comportamento dos Estados Unidos para com a América Latina durante esse período acaba se adequando ao que Wendt (1999) definiu como cultura kantiana.

Portanto, em resumo a estratégia adotada pelos Estados Unidos da América em utilizar o mecanismo cultural para gerar aproximação, produzir aceitação e legitimar sua posição no âmbito internacional durante o período entre guerras pode ser sustentada pelos pressupostos da teoria construtivista. Pois, as ideologias e crenças de um Estado podem ser mais facilmente aceitas quando compartilhadas pela cultura, por meio da socialização, propaganda, assim por diante. Desse modo, as ideias compartilhadas acabam gerando um conhecimento coletivo, que nesse caso, é caracterizado pelo papel dos EUA como “amigo regional”. Assim, as dimensões culturais acabam influenciando a distribuição de papéis na política mundial formando subsistemas regionais. Nesse contexto, identifica-se a lógica anárquica kantiana, uma vez que, na relação do eu com o outro, o outro é visto como amigo, prevalecendo princípios de cooperação e ajuda mútua.

## **4 A DISNEY E O BRASIL**

### **4.1. Relação Brasil-EUA**

Alteração da política externa norte-americana em relação a América Latina, mudanças na conjuntura internacional, ascensão do nazifascismo e eclosão da Segunda Guerra Mundial. Esse era o contexto em que se encontrava a expedição da Disney ao Brasil. Sendo assim, para uma melhor compreensão desse período faz necessário o entendimento do percurso histórico da relação Brasil-EUA e sua conexão com a Política de Boa Vizinhança.

Ao final do século XIX e início do século XX as conexões políticas do Brasil com os outros Estados eram basicamente relacionadas a área econômica, muito em virtude da característica agroexportadora do país (CERVO E BUENO, 1986). Isto é, os interesses de mercado estavam em primeiro lugar quando se refere as relações brasileiras com as outras nações durante este período. Além disso, observa-se a dependência nacional aos produtos industrializados dos países capitalistas. Somente com o fim da Segunda Guerra e com as estratégias políticas do governo de Getúlio Vargas que o país passou a ter uma certa autonomia em relação ao mercado externo (MOURA, 2012). Contudo, nota-se que durante vários momentos o Brasil ficou dependente da hegemonia de grandes potências mundiais. No período imperial, com a Inglaterra e no século XX, com os Estados Unidos (HERNANDEZ, 2015).

As relações do Brasil com os Estados Unidos passaram por momentos de aproximação e distanciamento ao longo do tempo. A identidade americana compartilhada unida as características de poder das duas nações (território, população e economia) construíram uma aproximação entre elas (HERNANDEZ, 2015). Enquanto durante o período imperial do Brasil o relacionamento com os EUA acontecia esporadicamente, ao fim do século XIX o cenário foi mudando. Percebe-se que é no período da República que esse relacionamento passa a ser mais constante, uma vez que, o movimento republicano brasileiro enxerga a política norte-americana como uma inspiração (CERVO E BUENO, 2001). Portanto, com abolição da escravidão, inauguração da República e abertura do mercado estadunidense ao café brasileiro as conexões políticas e econômicas do Brasil com os EUA se tornaram mais frequentes.

A política externa brasileira na República passa a entender os Estados Unidos como um país com poder no sistema internacional e como um aliado o qual poderia ajudar o Brasil a ocupar um papel relevante no cenário internacional (HERNANDEZ, 2015). Assim, ao longo

do século XX, o relacionamento bilateral assumiu uma função importante na política brasileira e na agenda estadunidense (CERVO E BUENO, 2002). O compartilhamento de perspectivas de posicionamentos internacionais, regionais e bilaterais, possibilita um diálogo mais próximo e amigável entre os Estados. Assim, visando um lugar de destaque na política internacional o Brasil busca estabelecer vínculos mais sólidos com os EUA (BUENO, 2003). Portanto, nesse período enquanto os europeus apresentavam sinais de desgaste e esgotamento, os Estados Unidos se destacavam como um novo referencial político e econômico (HERNANDEZ, 2015).

#### **4.2. A Política de Boa Vizinhança e o Nacionalismo Varguista**

Mesmo com a aproximação dos dois países, durante a década de 30 a influência norte-americana não era vista puramente favorável ao Brasil. O nacionalismo do governo do Estado Novo, era uma característica importante a ser considerada para uma maior aproximação. Por isso, o governo de Roosevelt percebeu que era necessário adequar sua política aos nascentes movimentos nacionalistas. Desse modo, evitar a difusão da ideologia nazista na América (HERNANDEZ, 2015).

Portanto, ao iniciar o período de Política de Boa Vizinhança, o governo norte-americano precisava encontrar meios para que sua concepção de solidariedade hemisférica não se chocasse com a lógica nacionalista e inviabilizasse o projeto (HERNANDEZ, 2015). Logo, os EUA precisavam cooperar com o governo brasileiro para encontrar maneiras de associar os princípios nacionalistas a nova política norte-americana para com a América Latina.

Os Estados Unidos se consideravam portadores do segredo do desenvolvimento e, desse modo, dispostos a compartilhar seu sucesso com seus irmãos americanos (TOTA, 2000). Assim, Nelson Rockefeller acreditava que os Estados Unidos deveriam se instalar ao máximo na América Latina, como medida de segurança nacional e para obter cooperação desses países. O meio mais eficiente seria por meio da intervenção cultural (TOTA, 2014).

Apesar das divergências entre o governo de Vargas e de Roosevelt, os países também apresentavam objetivos em comum. Tanto os Estados Unidos, quanto o governo no Estado Novo priorizavam o progresso, a ciência, a tecnologia, buscando assim, o desenvolvimento da nação. Ambos os governos sustentavam a ideia de um Estado forte para organizar a desordem social. Além disso, partilhavam de elementos sociais parecidos, como é o caso da religião, da família, da modernidade, assim por diante (HERNANDEZ, 2015). Era nessas semelhanças que a Política de Boa vizinhança focava, operando para reforçar a concepção de fraternidade americana.

O governo de Vargas estudava as possibilidades de aliança com a Alemanha e os Estados Unidos. Um dos pontos primordiais para a escolha do aliado foi a conquista de uma grande siderúrgica nacional. E, por fim, houve uma aproximação gradual do governo norte-americano devido ao processo de barganha do governo de Vargas (MOURA, 2012). Ou seja, o governo nacional permitia uma maior aproximação norte-americana em troca de benefícios políticos, econômicos e militares. Assim, o Brasil aceita o alinhamento com os Estados Unidos e dá início a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Moura (1985) destaca que

Ao mesmo tempo que concordava com os programas culturais e assistenciais americanos, o governo Vargas conseguiu dos Estados Unidos os acordos que permitiram a construção da siderúrgica de Volta Redonda, base fundamental da industrialização brasileira. Concordou em fornecer materiais estratégicos com exclusividade para os Estados Unidos, mas insistiu em receber armas e munições para reequipar as Forças Armadas brasileiras. Entre 1942-1944, esse processo de barganhas atingiu seu ápice. O Brasil concordou em romper relações diplomáticas com o Eixo quando o fornecimento militar ficou definitivamente estabelecido.

A aproximação dos EUA com o Brasil se deu de forma comum, uma vez que, ambos cediam e havia um benefício mútuo. Portanto, não se considera a Política de Boa Vizinhança e a política nacionalista do Estado Novo inimigas, ou excludentes, mas sim, duas orientações que acabam interagindo para gerar benefícios para os Estados participantes (HERNANDEZ, 2015). Contudo, o governo estadunidense percebeu que a proximidade comercial e estratégica não era suficiente. Era necessário conquistar os grupos sociais mais significativos do ponto de vista político (MOURA, 1985). O que resultou na viagem da Disney ao Brasil e conseqüentemente na produção de filmes voltados a Política de Boa Vizinhança.

### **4.3. A expedição da Disney no Brasil**

Em 1941, a vinda do Walt Disney ao Brasil já era notícia por todo solo nacional. O jornal *Diário da Noite*<sup>1</sup> publicou uma coluna acerca da chegada do cineasta norte-americano. A coluna afirmou que Disney viria ao Brasil para ver e ouvir a alma do país, ou seja, para estudar, ou como destacado pelo jornal viria trazer o “abraço da arte americana a irmã do sul”. Desse modo, é possível analisar o aspecto técnico que a expedição da Disney tinha, uma vez que, buscava coletar material para suas produções futuras (HERNANDEZ, 2015). Além disso, é relevante destacar o desejo de aproximação entre as culturas, com o objetivo de reforçar a Política de Boa Vizinhança. Por isso, não só o cineasta visitou o Brasil, mas também outros nomes como Lana

---

<sup>1</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 14 ago. 1941, página 11.

Turner<sup>2</sup>, Orson Welles<sup>3</sup>, John Ford<sup>4</sup>, entre outros. Assim, nota-se que a viagem de Walt Disney significava mais do que um fato isolado, mas sim, a representação da nova política externa do governo Roosevelt (HERNANDEZ, 2015).

O governo brasileiro enxergava essa presença da Disney no Brasil como algo positivo, podendo, assim, contribuir para a imagem do país no exterior. Além disso, os ganhos políticos também ajudavam a uma maior receptividade da personalidade do Walt Disney, uma vez que suas produções significavam uma aliança mais sólida com os Estados Unidos. Dessa forma, a expedição da Disney foi também uma ação de Estado, mais do que meras intenções artísticas, também cabe salientar a importância para o governo de Vargas receber o cineasta estadunidense, que se dirigia ao país por recomendações de Nelson Rockefeller e Franklin Roosevelt (HERNANDEZ, 2015). O papel OCIAA, em particular da Disney era:

Ganhar os corações e mentes dos líderes políticos e militares brasileiros, sem cuja cooperação os planos estratégicos dos Estados Unidos iriam por água abaixo. Mais ainda: era necessário assegurar não apenas o acesso às agências do Estado brasileiro, mas também ganhar os grupos sociais mais significados do ponto de vista da formulação de políticas, assim como, na medida do possível, a massa da população politicamente significativa. (MOURA, 1985, p.31)

Rockefeller teve um papel fundamental nessa iniciativa de aproximação com a América Latina, que resultou na expedição da Disney ao Brasil (MOURA, 1985). O empresário já havia visitado os países latinos diversas vezes durante a década de 1930, que se preocupou ao perceber a constante presença das ideologias da Alemanha nazista, particularmente na América do Sul (MOURA, 1985). Assim, os Estados Unidos viram que a aproximação com os irmãos americanos não era somente uma questão de estratégia, e sim, uma necessidade política (GABLER, 2013). Como resultado, Rockefeller apostou suas cartas na propaganda psicológica, utilizando um poderoso meio de difusão de ideologias da época: o cinema.

O apoio de Disney teve grande importância para a iniciativa do governo norte-americano, uma vez que, o cineasta era considerado um grande artista do cinema. Neste período as produções da Disney eram bem aceitas no mundo inteiro. No Brasil, o Pato Donald era utilizado como propaganda do Cineac, sala de exibição de filmes. Na década de 1940, o filme Fantasia já era um sucesso, “Walt Disney supera-se a si mesmo” destaca uma coluna do jornal Folha da Noite.

---

<sup>2</sup> Atriz norte-americana considerada símbolo de beleza da década de 1940 a 1950.

<sup>3</sup> Cineasta, roteirista e ator estadunidense.

<sup>4</sup> Cineasta norte-americano de grande fama durante a década de 1940 a 1960.

Apesar das tentativas de desvincular a viagem da Disney como uma iniciativa particular do governo norte-americano, a associação entre esta e a política externa de Roosevelt era evidente. Além do aspecto político, Walt Disney também carregava interesses econômicos. O Estúdio passava por problemas financeiros advindos do fechamento do mercado europeu para o cinema estadunidense, então, ao aceitar a proposta de Nelson Rockefeller de ser o porta voz da Política de Boa Vizinhança, o cineasta buscava uma chance de melhorar suas finanças. A Disney chega ao Brasil por um lado como um agente a serviço do Governo norte-americano, e por outro em busca de novas oportunidades. Como destaca Tota (1995, p.170), a Disney é percebida como um “agente especial da boa vizinhança”.

#### 4.4. O filme “Alô, Amigos!”

Imagem 1: Capa do filme “Alô, Amigos!”, com o título em castelhano “Saludos Amigos”



Fonte: Blog Mundo de Ilusões<sup>5</sup>

Em 1942 é lançado o filme “Alô, Amigos!”, uma produção que mistura desenhos e imagens reais para retratar a viagem de desenhistas, de técnicos e do próprio Walt Disney pela América do Sul. O filme é formado por quatro animações: o “Lago Da Titicaca”, representando

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://silasig.blogspot.com/2016/09/alo-amigos-disney-1942.html>> Acesso em 2 de dezembro de 2019.

o Peru; “Pedro”, que representou o Chile, “O Gaúcho Pateta”, retratando a Argentina e “Aquarela do Brasil”, que retratou as belezas naturais do Brasil. Os cenários latinos são apresentados com simpatia, levando o humor as telas com o intuito de representar a fraternidade e a amizade entre os novos amigos da Disney.

As imagens e as músicas do filme, assim como os outros materiais produzidos no período da Política de Boa Vizinhança deveriam representar positivamente as nações latino-americanas. Para isso, o filme acaba utilizando da musicalidade para aproximar e fortalecer a ideia de proximidade. Nos créditos de abertura aparece *“With sincere appreciation for the courtesy and cooperation show us by artists, musicians and our many friends in Latin America”*<sup>6</sup>. Além disso, essa ideia de união fica destacada logo nos objetivos da viagem dos funcionários da Disney na América do Sul, onde aparece na primeira cena de imagens reais do filme: “os artistas vêm em busca, dança e quem sabe de algum amigo para o camundongo Mickey e Pato Donald” (ALÔ, AMIGOS.1942)

Imagem 2: Poster de cena do filme “Alô, Amigos!” com os personagens Pato Donald e Zé Carioca.



Fonte: Revista El País<sup>7</sup>

<sup>6</sup> "Com a sincera apreciação pela cortesia e cooperação demonstrada pelos artistas, músicos e nossos amigos da América Latina" (ALÔ, AMIGOS; 1942)

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/cultura/1460044858\\_011138.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/cultura/1460044858_011138.html)> Acesso em 2 de dezembro de 2019.

Um simpático papagaio nomeado de Zé Carioca representa o anfitrião do Brasil. O personagem tem a missão de apresentar o Rio de Janeiro para o Pato Donald. Zé Carioca é uma imagem estereotipada de um típico brasileiro, com a ginga do samba e a malandragem. Assim, Donald é um turista norte-americano que é apresentado ao Brasil por um alegre novo amigo sul-americano e se encanta pelo espetáculo de cores e sons da terra maravilhosa do Rio de Janeiro. Para isso, os autores utilizaram da canção de Ary Barroso “Aquarela do Brasil” para conectar as belas imagens do filme com uma boa música (HERNANDEZ, 2015).

A produção desse filme foi de grande interesse tanto para o governo estadunidense, quanto para o brasileiro e os outros países latinos, uma vez que, era de grande valia a propaganda dos seus países por um meio de comunicação tão importante da época, como era o caso do cinema, em particular os estúdios Disney (FRANZ, 2015). Assim, a primeira produção da Disney para Política de Boa Vizinhança gerou críticas positivas e teve uma recepção bem animada, particularmente no Brasil:

ALÔ AMIGOS! Tudo que Hollywood produziu até hoje no sentido de estreitar laços que unem as Américas desaparece diante deste maravilhoso poema colorido de Walt Disney. Não é apenas a beleza esfuziante do colorido, a linha perfeita dos desenhos ou a graça irresistível das figuras que torna “Alô, amigos!” uma produção à parte na já grande obra do genial criados do Pato Donald. [...] o que distingue este filme dos demais de Walt Disney é o sentimento de simpatia para com as coisas e para com a gente da América do Sul. Disney não viu apenas a América do Sul, como os outros turistas. Ele sentiu-a. E “Alô, amigos!” é a materialização desse sentimento. (Folha da Noite, 1942)

O filme “Alô, amigos!” foi um filme que despertou grande empatia e interesse na sociedade brasileira da época. Ao representar a amizade entre os vizinhos americanos de forma lúdica e leve o desenho ganhou o coração da imprensa. “O primeiro filme que mostra ao mundo a beleza da nossa paisagem, a graça da nossa dança, o encanto da nossa música, e a estreia sensacional de Zé Carioca, o nosso papagaio!” destaca o jornal Folha da Noite em setembro de 1942. Zanella e Neves Júnior (2015) destacam que a ludicidade, a criatividade e a estética trazidas pelos desenhos animados norte-americanos acabaram transmitindo mensagens políticas na região de uma forma indireta.

#### **4.5. A repercussão da presença de Walt Disney e os efeitos do cinema norte-americano na sociedade brasileira**

A estadia de Walt Disney no Brasil em 1941, e posteriormente o lançamento do filme “Alô amigos!” em 1942 tinham o objetivo de convencer o Brasil das boas intenções dos norte-americanos para com a América Latina (HERNANDEZ, 2015). E essa missão acabou tendo

uma recepção bastante positiva na sociedade brasileira, muito em virtude do valor que o governo de Getúlio Vargas dava aos elementos culturais.

No Estado Novo, a música e o cinema eram muito utilizados para sustentar a identidade brasileira que o governo almejava. A sociedade precisava acompanhar a concepção que era difundida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP (HERNANDEZ, 2015). Desse modo, o governo acabava controlando as produções cinematográficas da época, analisando os conteúdos das obras que seriam apresentadas para sociedade. Nesse contexto, visando formar uma plateia mais favorável, em sua expedição Walt Disney buscou uma aproximação com o DIP. O jornal *Diário da Noite*<sup>8</sup> registrou a visita do cineasta ao DIP, que na época era direcionado por Lourival Fontes. Nesse encontro, foi negociado como o Brasil e os brasileiros deveriam ser representados internacionalmente, como o governo no Estado Novo queria que o mundo enxergasse a brasilidade. Portanto, a produção dos filmes era de interesse mútuo, era importante tanto para os Estados Unidos, quanto para o Brasil.

Os filmes dos estúdios Disney não se destacaram apenas por acontecimentos do campo cultural, mas sim, como fruto de grandes articulações políticas. É possível perceber que essa política significou muito para a relação dos dois países, dado os impactos nas relações sociais e culturais da sociedade brasileira. Os aspectos culturais produzidos pela Política de Boa Vizinhaça e transmitidos para os demais países da América Latina pelo cinema, em particular pelas adaptações da Disney divulgaram estilos de vida, conceitos, visões e proporcionaram a criação de laços e de aliados.

No contexto social percebe-se a penetração de valores e costumes norte-americanos na sociedade brasileira a partir desse período de maior aproximação. Como salienta Moura (1985, p.48):

Foi nesse contexto, que os brasileiros aprenderam a substituir os sucos de frutas tropicais onipresentes à mesa por uma bebida de gosto estranho e artificial chamada Coca-Cola. Começaram também a trocar sorvetes feitos em pequenas sorveterias por um sucedâneo industrial chamado Kibon, produzido por uma companhia que se deslocara as pressas da Ásia, por efeito da guerra. Aprenderam a mascar uma goma elástica chamada chiclets e incorporaram novas palavras que foram integradas à sua língua escrita. Passaram a ouvir o foxtrote, o jazz, e o boogie-woogie, entre outros ritmos, e assistiam agora a muito mais filmes produzidos em Hollywood. Passaram a voar nas asas da PanAmerican, deixando para traz os aeroplanos da Lati e da Condor.

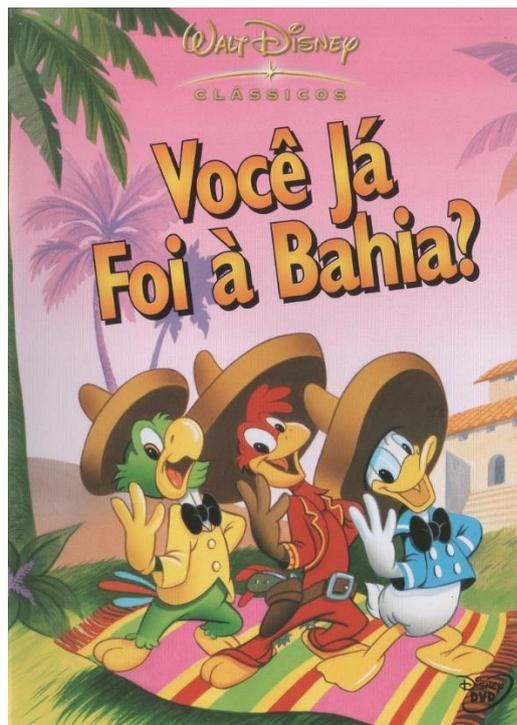
---

<sup>8</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 21 agosto de 1941.

Na década de 1940 a maneira de ser e de expressar o mundo era marcada pela influência conhecida como “American way of life” (Estilo de vida americano) (FRANZ, 2015).

Em relação a política internacional observa-se que a criação de personagens como Zé Carioca e Panchito Pistoles<sup>9</sup> aproximou dois Estados-chaves da região, Brasil e México das relações internacionais dos Estados Unidos. O governo norte-americano buscou exercer influência cultural e ideológica, para assim criar um ambiente de cooperação e aliança entre o Brasil e os EUA. Os filmes “Alô, Amigos!” de 1942 e “Você já foi à Bahia?” de 1944 exemplificaram essa ideia de amizade entre os países. Zanella e Neves Júnior (2015) afirmam que ficou evidente a aproximação entre os países, dado que, os filmes despertaram simpatia em boa parte do público.

Imagem 3: Capa do filme “Você Já Foi à Bahia?” de 1944, com os personagens Zé Carioca, Panchito Pistoles e Pato Donald.



Fonte: site Adoro Cinema<sup>10</sup>

Ao aprofundar os laços com os Estados Unidos, o Brasil teve sua política internacional modificada. O sucesso do personagem de Zé Carioca trouxe o pensamento pan-americanista para o Brasil (MOURA, 1980). Assim, a partir dessa aproximação cultural com os norte-americanos, os laços e as relações internacionais do Brasil assumiram uma nova configuração.

<sup>9</sup> Personagem criado pelo estúdio Disney para representar o México no filme “Você já foi à Bahia?” em 1945.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-45517/>> Acesso em 2 de dezembro de 2019.

A política externa brasileira que outrora era dotada de fortes laços com as nações europeias, com um governo o qual tinha uma simpatia por países de regime nazi-facistas, passou a estabelecer maiores conexões diplomáticas e estratégicas com os Estados Unidos da América (HERNANDEZ, 2015). Em 1943 a relação EUA-Brasil atinge o ápice com o encontro dos dois presidentes Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, com o propósito de tratar sobre questões da guerra.

Imagem 4: Franklin Roosevelt (no banco da frente) conversa com Vargas em Natal, durante o encontro dos presidentes em 1943.



Fonte: Site Memorial da Democracia<sup>11</sup>

As ações de diplomacia cultural do governo norte-americano construíram uma identificação entre os brasileiros e norte-americanos, que no contexto de pré Segunda Guerra Mundial contribuiu para que as relações políticas se transformassem. Portanto, além das relações comerciais e estratégicas desenvolvidas na década de 1940 entre os EUA e o Brasil, é relevante destacar que a influência cultural estadunidense desenvolvida através do trabalho

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-e-roosevelt-se-reunem-em-natal>> Acesso em 2 de dezembro de 2019.

do OCIAA também foi uma estratégia importante para a transformação do cenário internacional da época. Como destacado por Tota (2014) o imperialismo cultural adotado pelo governo de Roosevelt, contribuiu de fato para “americanização” do Estado brasileiro. Em uma mensagem conjunta os chefes de Estado do Brasil e dos Estados Unidos declararam: “Tivemos ocasião de estudar a segurança das Américas. Estamos convencidos que cada uma das repúblicas americanas está nela igualmente atingida e interessada. A força está na unidade.”<sup>12</sup> Nota-se, assim, que nesse período o Brasil já apoiava as ideias sustentadas pelos norte-americanos.

Dessa forma, a estratégia de utilizar o cinema como instrumento política externa, a articulação de Rockefeller com a Disney e a penetração sutil da cultura norte-americana caracterizaram o sucesso da Política de Boa Vizinhança, que teve como principal conquista o engajamento do Estado brasileiro ao lado dos americanos na Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>12</sup> GETÚLIO E ROOSEVELT SE REUNEM EM NATAL. Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-e-roosevelt-se-reunem-em-natal>> Acesso em 2 de dezembro de 2019.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando um país está em crise ou perigo de guerra é frequente observar que a propaganda política gerada pelos governos é um mecanismo importante que pode transformar o outro representante do conflito em um sujeito imoral e vilão. Isso é possível devido aos meios de comunicação, particularmente, o cinema ser um forte instrumento político, uma vez que, consegue formar opiniões e legitimar ideais (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015)

No fim da década de 40, quando se deu início a Guerra Fria, os EUA utilizaram (e ainda utilizam) o que os sociólogos Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1947) chamaram de Indústria Cultural, a comercialização da arte como forma de manipulação da sociedade, como meio de transmissão dos seus valores e ideologias sobre o mundo, através de filmes, reportagens entre outros diversos produtos de mídia e comunicação. A estratégia é observada desde a Segunda Guerra Mundial e implantada durante a Política de Boa Vizinhança. O uso desses meios nas relações internacionais é perceptível analisando como América Latina era retratada pelo cinema norte americano em 1942, também como URSS era exibida em 1947, sendo uma estratégia para a denominada política de contenção norte-americana. Assim, a aplicabilidade de Hollywood foi uma estratégia de política externa relevante para tais períodos em que o Estados Unidos precisou um maior engajamento no cenário internacional (ZANELLA e NEVES JÚNIOR, 2015).

Ao analisar o contexto em que os filmes “Alô, Amigos!” e “Você Já Foi À Bahia?” foram lançados, nota-se que foram iniciativas do governo norte-americano de estreitar os laços, aproveitando-se de elementos culturais. A tarefa de utilizar o cinema como instrumento político foi desempenhada com sucesso pelo OCIAA. A organização buscava fazer com que os elementos culturais estadunidenses estivessem cada vez mais presentes nos países sul-americanos, impedindo assim a difusão das ideologias do eixo. Desse modo, os estúdios Disney eram vistos pelo governo de Roosevelt como elemento de *soft power*, um poderoso meio o qual poderia seduzir a opinião pública, as autoridades e a imprensa em prol da causa pan-americanista.

No Brasil as produções cinematográficas da Política de Boa Vizinhança foram alvo de críticas positivas. O personagem Zé Carioca conquistou o público brasileiro e ganhou o coração da mídia. A representação do Brasil por um papagaio simpático e a criação de um desenho lúdico o qual reforçou a relação de “amizade” promoveu um ambiente propício a uma aliança ente o Estado brasileiro e o governo estadunidense.

Assim, é válido ressaltar que ao promover a diplomacia cultural por meio de filmes, os Estados Unidos atingiram seus principais objetivos da época: estreitar laços com os países latino-americanos, difundir valores e ideologias, afastar a influência dos países do eixo do continente americano e conquistar aliados. As estratégias culturais da Política de Boa Vizinhança, juntamente com iniciativas econômicas conseguiu aproximar políticas antagônicas, como era o caso do Estado Novo e do governo norte-americano.

A década de 1940 foi, sem dúvida, um grande momento de estreitamento nas relações culturais dos dois países. O Pato Donald e o seu novo amigo latino Zé Carioca colaboraram para promover uma maior “solidariedade continental”, e difundir uma imagem positiva dos Estados Unidos para América Latina. Foi nessa época que os brasileiros começaram a enxergar a nação estadunidense como um ideal, um modelo de país.

Portanto, o *soft power* se destacou como uma estratégia política importante durante o período de pré Segunda Guerra Mundial. A indústria cinematográfica difundiu valores, ideias e promoveu estreitamento de laços culturais, o que conseqüentemente influenciou politicamente as relações da época. Contudo, é importante destacar que enquanto nesse contexto o *soft power* serviu como uma estratégia importante, em outros, foi deixado de lado. Nota-se que nos anos posteriores, mas especificamente, no período conhecido como a Guerra Fria a postura norte-americana foi outra. Na década de 1950, os Estados Unidos desenvolveram várias estratégias para combater a ascensão do comunismo, dentro delas se destaca a intensificação da vigilância na América Latina e apoio aos governos militares da região. Nesse contexto, o cinema também era utilizado como aparelho político, mas não como no período da Política de Boa Vizinhança.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, n. 47, p.201-246, 1999.

ALÔ, Amigos. Estados Unidos: Walt Disney, 1942. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ZMIX\\_UtENho](https://www.youtube.com/watch?v=ZMIX_UtENho). Acesso em: 3 dez. 2019.

ATKINS, G. Pope. *Latin America in the international political system*. Westview Press, Boulder, 1989.

BEGER, Peter. Identity as a Problem in the Sociology of Knowledge. *European Journal of Sociology*, vol. 7, n. 1, 1996.

BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. Diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Diálogos: A cultura como dispositivo de inclusão**, Brasília, ano 2010, v. 13, n. 1, p. 33-53, 1 ago. 2010.

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. New Jersey. Prentice-Hall, 1969.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília. IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira (1822 – 1985)**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

COELHO, Luciana. **Joseph Nye, o “Poder Suave” e o “Poder Inteligente”**: Cientista político de Harvard criou conceito de “soft power”. 2010.

DOS REIS, Elton Gomes. **Integração regional e hegemonia cooperativa: o MERCOSUL e o regionalismo sul-americano na política brasileira contemporânea externa**. Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros. 2015. 2 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015. site.

ENGERT, Stefan; SPENCER, Alexander. International Relations at the Movies:: Teaching and Learning about International Politics through Film. **Perspectives**, [S. l.], ano 2009, v. 17, n. 1, p. 83-104, 17 jan. 2009.

FIERKE, K.; JORGENSEN, E. K. (eds.) *Constructing International Relations: the next generation*. New York: M.E.Sharpe, 2001.

FINNEMORE, M. e SIKKINK, K, "Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics". *Annual Review of Political Science*, 4. P.392-416, 2001.

FRANZ, Nayara Régis. **Walt Disney, o bom vizinho: A recepção do filme Fantasia no Brasil em 1941**. 2015. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179199/NAYARA\\_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179199/NAYARA_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 3 dez. 2019.

GABLER, Neal. **Walt Disney: o triunfo da imaginação americana**. São Paulo. Editora Novo Século, 2009.

GARRITY, Patrick J. *Warnings of a parting friend*. *The National Interest*, 45 Fall 1996.p. 14-26.

GEORGE, Alexander L. 1979. The causal nexus between cognitive beliefs and decision-making behavior: The "operational code" belief system. In *Psychological models in international politics*, edited by Lawrence S. Falkowski. Boulder, Colo.: Westview.

GIDDENS, Anthony. *Central Problems in Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis*. 1979.

HERNANDEZ, Pablo Santos Ribeiro. **Cinema e Política da Boa Vizinhaça: a expedição de Walt Disney ao Brasil**: A expedição de Walt Disney ao Brasil. 2015. 161 p. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HINDESS, Barry. *Political Choice and Social Structure*. Edward Elgar, 1989.

HOLLIS, Martin, and STEVEN, Smith. 1991. *Explaining and understanding international relations*. Oxford: Clarendon Press.

HOUGHTON, P. David. *Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach*. *Foreign Policy Analysis*, 2007, Vol. 3, p. 24-45.

IKENBERRY, G. John and KUPCHAN C. A. *Socialization and Hegemonic Power*. Vol. 44. p.283-315. 1990.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução as Relações Internacionais**. [S.l.]: Geográfica, 2007. 448 p.

LaFEBER, Walter. *The New Empire – An Interpretation of American Expansionism 1860-1898*. 10. ed. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993.

McDOUGALL, Walter. *Promised land, crusader state*. New York: Houghton Mifflin Company, 1997

MOURA, Gerson. **Autonomia da dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 1939-1950:** Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 280 p.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana.** São Paulo: Brasiliense, 1985. Tudo é história.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means To Success In World Politics,** 2001. 191 p.

OURIVEIS, Máira. **SOFT POWER E INDÚSTRIA CULTURAL: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PRESENTE NO COTIDIANO DO INDIVÍDUO.**

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 520 p.

RANGEL TRAVASSOS BURITY, Caroline . **A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática.** 2013. 14p. Artigo (Direito)- Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 128 p.

RUGGIE, J. G. “What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge”. *International Organization*, Vol 52, No. 4. *International Organization of Fifty: Exploration and Contestation in the study of world politics.* 1998, p.855-885.

SANTOS DE OLIVEIRA, Rafael. **O soft power das novas mídias nas Relações Internacionais .** 2014.

SMITH, Tony. *A Wilsonian world.* *World Policy Journal*, v. 12, n. 2, Summer 1995a. p. 62-66.

SMITH, Tony. *America's Mission.* New Jersey: Princeton University Press, 1995b

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WELDES, JUTTA. (1996) Constructing National Interests. *European Journal of International Relations* 2:275–318.

WENDT, Alexander. *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics*. **International Organization**, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425

WENDT, Alexander. COLLECTIVE IDENTITY FORMATION AD THE INTERNATIONAL STATE. **American Political Science Review**, [S. l.], ano 1994, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1 jun. 1994.

YEE, S. Albert. The Causal Effects of Ideas on Policies. *International Organization*, Vol. 50, No. 1 (Winter, 1996), pp. 69-108

ZANELLA, Cristine Koehler; JÚNIOR, Edson José. **As Relações Internacionais e o Cinema**: Volume 1: Espaços e Atores Transnacionais. [S.l.]: Fino Traço, 2015. 320 p.

ZAKARIA, Fareed. *Internacionalism as a way of life*. *World Policy Journal*, v.12, n.2, Summer 1995. p. 59-61.